

BC sugere taxa de risco menor

BRASILIA — O Brasil vai propor aos bancos credores a fixação de taxas de risco (**spread**) de 1,12 e 1,25 por cento, respectivamente, para o pagamento em 16 anos, com sete de carência, das dívidas externas pública e privada que vencem até 1991, no total de US\$ 45,3 bilhões.

Os números, que significam substancial redução dos encargos financeiros em relação à média de 1,77 por cento dos acordos anteriores (fases I e II), serão negociados logo depois de concluídos os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional sobre o programa de ajustamento da economia. A informação é do Diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas.

As dívidas a médio e longo prazos, no total de US\$ 92 bilhões, incluem US\$ 71 bilhões emprestados à área pública e US\$ 21 bilhões à iniciativa privada. Dos empréstimos às empresas privadas, US\$ 3,8 bilhões estão depositados no Banco Central, o que resulta numa distribuição final de US\$ 17,8 bilhões para a área privada e US\$ 74,2 bilhões para a pública.

No reescalonamento dos US\$ 45,3 bilhões que vencem até 1991, o Brasil quer também que os banqueiros reduzam os encargos financeiros, constituídos de juros calculados com base na Libor (taxa interbancária do eurodólar para 6 meses) e na taxa de risco. O Diretor da Área Externa do BC acredita na redução dos encargos, uma vez que o Brasil dispõe de reservas cambiais de pouco mais de US\$ 8 bilhões, que lhe garante bom poder de barganha.

● Os bancos credores relutam em fornecer obrigatoriamente dinheiro novo ao País porque, de acordo com as regras do mercado, o ideal é que qualquer empréstimo seja concedido voluntariamente. A explicação foi dada ontem pelo Presidente em exercício do Banco do Brasil, José Luiz Silveira Miranda. Todos os novos créditos de que o País precisar este ano deverão vir apenas de instituições como o Banco Mundial (Bird) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), garantiu Miranda.